

# Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada Quilombo Vila Nova



São José do Norte-RS

P967 Protocolo de consulta livre, prévia e informada: Quilombo Vila Nova: São José do Norte -RS / organização: Giulia Assunção Sichelero, Júlia Gomes Ilha; fotografias: Billy Valdez. -- São José do Norte: Associação Comunitária Quilombo Vila Nova, 2025.

33 p. : il. color., mapas.

Publicado também em formato eletrônico.

ISBN 978-65-988607-1-4

1.Quilombos – São José do Norte (RS). 2.Quilombos – Rio Grande do Sul. 3.Quilombos – Posse da terra – São José do Norte (RS). 4.Territorialidade humana – São José do Norte (RS). 5.Negros – História – Rio Grande do Sul. 6.Quilombolas – Usos e costumes – Rio Grande do Sul. 7.Negros – Identidade étnica. 8.Rio Grande do Sul – Relações étnicas. 9.Agricultura familiar. 10.Desenvolvimento sustentável. I.Sichelero, Giulia Assunção. II.Ilha, Júlia Gomes. III.Valdez, Billy.

CDU 316.347(816.5)

CDD 305.89608165

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252



# Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada Quilombo Vila Nova

São José do Norte-RS

## **Coordenação Quilombola:**

Flávio Jesus Xavier Machado

Vanuza da Silveira Machado

Geliandro Lucas Pinheiro

Luiz Valdir da Silveira

Eni Maria da Silva

Gilnei Capa Verde da Costa

João Capa Verde da Costa

Itamar de Jesus Colares

Maria Lucí Colares

## **Organização:**

Giulia Assunção Sichelero

Júlia Gomes Ilha

## **Assessoria Técnica:**

Giulia Assunção Sichelero

Júlia Gomes Ilha

Caio Floriano dos Santos

Bruno Gonzales Pedrotti

## **Revisão:**

Lara Machado Bitencourt

Cláudia Luísa Zeferino Pires

## **Arte gráfica:**

Gabriel Muniz

## **Diagramação:**

Têmis Nicolaidis

## **Fotografias:**

Billy Valdez

## **Apoio:**

Coletivo Catarse

Fundo Casa Socioambiental

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente

Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do  
Extremo Sul do Brasil

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural



## SUMÁRIO

Apresentação	6
Quem somos, onde estamos	9
Nossa história, princípios que regem nosso jeito de viver	12
O que enfrentamos	17
Nosso território, nossas regras	24
Processo de consulta Quilombo Vila Nova: o jeito como queremos ser consultados	28

# Apresentação

Nós, do território quilombola Vila Nova, estamos localizados no estado do Rio Grande do Sul, município de São José do Norte, o qual compõe a região geográfica do litoral médio. Apresentamos o presente protocolo de consulta como um instrumento de defesa, gestão e organização territorial, conforme estabelecido pela Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que existe desde o ano de 1989, sendo retificada no Brasil desde o ano de 2002. Reunimos neste documento as vozes da comunidade e através da nossa ancestralidade, compartilhamos nossa história por meio de cartografias, fotografias e vídeos que representam nossa identidade enquanto comunidade tradicional. Nossa luta e movimento estão representados neste protocolo, no qual buscamos garantir o nosso bem-viver e os direitos constitucionais.

**As regras estabelecidas neste documento, para garantir a consulta e o consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé devem ser respeitadas por qualquer projeto público ou privado que venha a interferir no nosso território e modo de vida.**

Como os nossos irmãos, do Kilombo Morada da Paz de Triunfo/RS compartilham em seu protocolo: Nada sobre nós, sem nós! Não iremos mais permitir que decisões importantes sobre o nosso território sejam tomadas sem a nossa presença e consentimento.

Como quilombolas e guardiões deste território, temos a responsabilidade de observar e avaliar bem toda ação que venha a interferir em nosso modo de vida. O Protocolo de Consulta representa para nós um instrumento para que o Estado respeite nossa identidade e nosso território. Sabe-se que os territórios quilombolas são as áreas menos desmatadas do Brasil, de 1985 a 2022 a perda de vegetação nativa em quilombos foi de 4,7% enquanto nas propriedades privadas foi de 17% (MapBiomass, 2023), comprovando o potencial do modo de vida tradicional quilombola para a conservação ambiental.

Nossa preocupação está em preservar o ambiente da planície costeira do estado do Rio Grande do Sul, território no qual habitamos, que vem sofrendo grandes transformações ao longo dos últimos anos, com fortes impactos negativos para o nosso modo de vida tradicional. Esse modo de vida tem a terra como um patrimônio a ser cuidado e preservado. Recebemos as terras cultivadas pelos nossos pais e avós e lutamos para que os jovens possam ter o direito a um território preservado que lhes permita viver com dignidade e bem estar. Justamente por isso, nos organizamos como associação para defender nossos direitos.

A Associação Comunitária Quilombo Vila Nova defende através deste Protocolo uma natureza saudável, um território sustentável e um Quilombo em busca de reparação histórica, enfrentando o racismo e o passado escravista. Buscamos preservar nosso modo de vida que é naturalmente conservacionista, prestando importantes serviços ambientais com efeitos positivos nas escalas locais, regionais, nacionais e globais.

Assim, convidamos todos, todas e todes para a leitura do nosso protocolo. Reforçamos que não se trata de um romance ou outra história de ficção, e sim um documento que deve ser levado a sério, sobretudo no que diz respeito a políticas públicas e empreendimentos estatais e privados que possam nos afetar. Consideramos que qualquer ação neste sentido que se tome sem o devido respeito aos acordos coletivos expressos neste protocolo será entendida como uma violação ao nosso direito de consulta.

# Como construímos esse protocolo



**Figura 1:** Membros do Quilombo Vila Nova realizando a Oficina 1 do Protocolo de Consulta e Consentimento -  
Fonte: Quilombo Vila Nova, fevereiro de 2024.

Este protocolo foi desenvolvido com a participação ativa dos membros da nossa comunidade por meio da realização de quatro oficinas, que foram desenvolvidas coletivamente ao longo do ano de 2024, com a colaboração de pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e produtores audiovisuais cooperados do Coletivo Catarse. O apoio necessário para a elaboração do documento foi do Fundo Casa Socioambiental e do Fundo Brasil, através de aprovação via edital com o projeto Quilombo Vila Nova: Organização e Soberania na Defesa do Território.

As oficinas (figura 1) realizadas na comunidade tiveram o objetivo de reunir saberes tradicionais e preocupações dos membros da comunidade frente aos problemas ambientais que o território vem enfrentando, assim como também estabelecer normas e regras para que o artº 6 da Convenção nº 169 da OIT, que concede o direito à consulta livre, prévia e informada previsto na Organização Internacional do Trabalho, seja cumprido pelo Estado. Os temas trabalhados nas oficinas foram inspirados em dois protocolos comunitários já existentes, sendo estes os Protocolos Comunitários de Consulta Prévia Livre, Informada de Consentimento e Veto do Território Quilombola Bom Remédio, localizado em Abaetetuba/PA, e das Comunidades Quilombolas do Município de Santa Rita/MA<sup>1</sup>, localizadas nas regiões norte e nordeste do país.

1 Os protocolos citados estão disponíveis em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org>.

## ✱ Como construímos esse protocolo

Assim sendo, nossa organização coletiva, acerca das oficinas e seus temas, foi estabelecida desta forma: oficina 1, princípios que regem o nosso jeito de viver e espiral do tempo, realizada no dia 21 de fevereiro de 2024; oficina 2, mapa de ameaças, zoneamento territorial e construção de calendário agrícola, realizada no dia 24 de abril de 2024; oficina 3, como deve ser o processo de consulta e como tomamos as decisões, realizada no dia 3 de julho de 2024; e por fim a oficina 4, com uma revisão e finalização do protocolo, realizada no dia 24 de outubro de 2024.



Figura 2: Membros do Quilombo Vila Nova ao longo da construção do Protocolo de Consulta e Consentimento - Fonte: Quilombo Vila Nova, 2024..



“Lido com a terra, que é meu patrimônio, meu chão. É onde tenho o meu trabalho e tiro o meu sustento, o quilombo é o território em que vivi toda a minha vida, diante da terra. Eu vejo que a terra deve ser preservada como o nosso próprio corpo. Eu acho que a gente cuidando dela, ela nos dá muitas coisas belas e muitas coisas boas”.

*Gilnei Capa Verde, 2024, membro da associação comunitária Quilombo Vila Nova*

# Quem somos, onde estamos

Somos uma comunidade quilombola rural que possui aproximadamente 200 anos de história no distrito de Capão do Meio, município de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul (Figura 2). São cerca de 22 famílias que compõem nosso território, onde trabalhamos com a agricultura familiar e plantamos de tudo um pouco. Os alimentos geram renda para a nossa comunidade, principalmente os cultivos da cebola, arroz e a pecuária familiar.

Estamos em uma região cercada por ricas águas, desde as águas doces de lagoas e banhados, como as da Lagoa dos Patos e a Lagoa João Silveira, até as águas salgadas, como as do Oceano Atlântico (figura 3). A água para nós representa vida e é através dela que podemos pescar, plantar, cuidar do povo e dos animais do nosso território e ter momentos de lazer e bem-viver nas nossas terras. Possuímos uma grande conexão com as águas do nosso território e

é essencial seguirmos cuidando dos corpos d'água e lençóis freáticos para nossa segurança e saúde.

Por meio do conhecimento passado através das gerações, habitamos nossos territórios que são provenientes da luta de nossos ancestrais após o ciclo econômico das charqueadas. No século XIX o charque foi considerado o produto-rei da economia sul-rio-grandense, permanecendo no topo das exportações. Pelotas foi a cidade central deste período histórico, concentrando grandes fortunas para os comerciantes-charqueadores da região. Tais fortunas foram acumuladas através do trabalho escravo da população negra transatlântica, que chegava na região pelo Porto de Rio Grande, município ao lado de São José do Norte. Dentro desta conjuntura histórica, a população que se desenvolvia no litoral médio e sul era majoritariamente negra e por esta razão trazemos neste protocolo a ideia de um litoral negro.

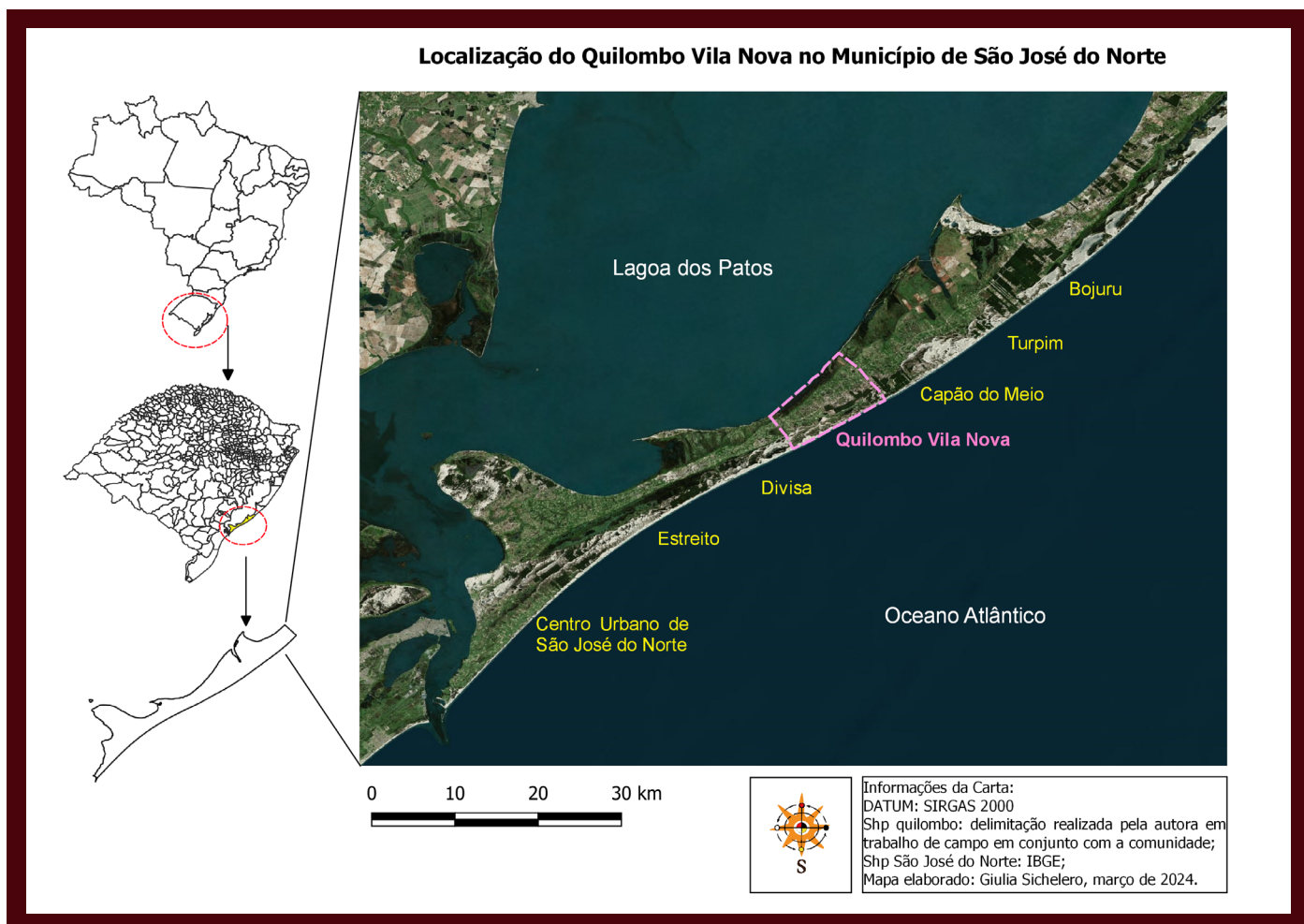


Figura 3: Localização do Quilombo Vila Nova - Fonte: NEGA/UFRGS, 2024.



Figura 4: Lagoa João Silveira e Oceano Atlântico - Fonte: Billy Valdez, Coletivo Catarse, 2024.

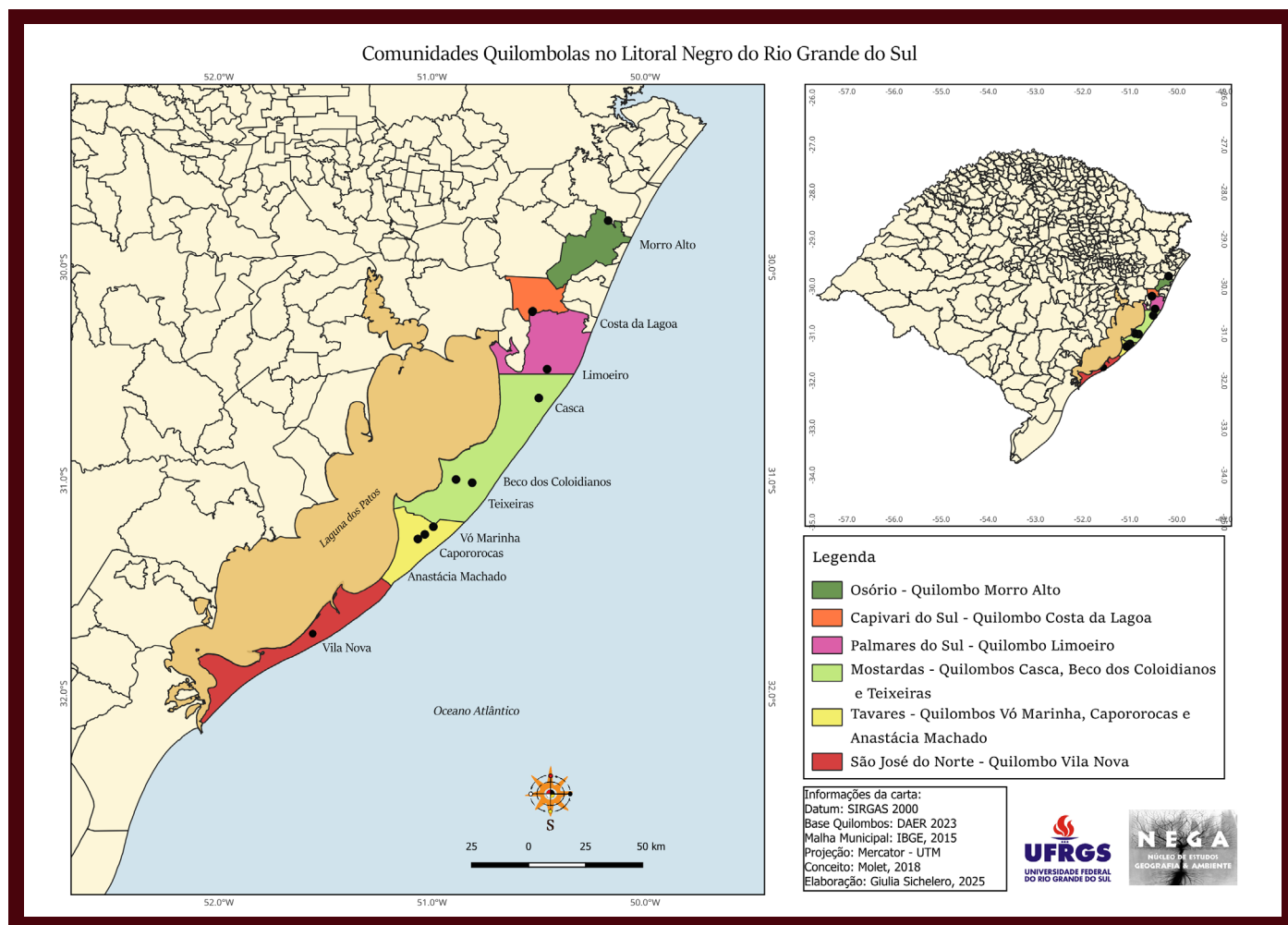
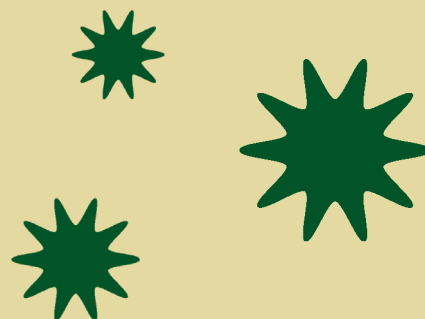


Figura 5: Litoral Negro do Rio Grande do Sul - Fonte: NEGA/UFRGS, 2022.

## Quem somos, onde estamos: litoral negro

A historiadora Cláudia Molet (2019) faz o recorte espacial do litoral negro como a faixa de terras situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, argumentando sobre a presença quilombola nesta localização que tem seu início no século XIX devido ao ciclo econômico das charqueadas. Atualmente, neste espaço se distribuem dez comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (Figura 5). Essa organização representa uma importante articulação do povo negro gaúcho, que reivindica seus direitos e se fortalece através da coletividade e solidariedade entre as comunidades quilombolas. E é com elas que o

Quilombo Vila Nova integra o Fórum Quilombola do Litoral Médio do Rio Grande do Sul, organizado e articulado na península gaúcha, desde o ano de 2009, através de reuniões presenciais itinerantes, ocorridas de dois em dois meses nos territórios.



# Nossa história e princípios que regem nosso jeito de viver

Em relação à questão fundiária do Quilombo Vila Nova, destacamos a presença das sesmarias e de três principais fazendas sesmeiras da região pertencentes às famílias Machado, Xavier e Silveira. Estas famílias eram escravocratas e compravam pessoas negras para trabalhar na produção agrícola e agropecuária da região. Por tal razão, a população negra habitante desta localidade herdou os sobrenomes das famílias às quais eram subordinadas.

No período pós abolição, a sobrevivência das famílias negras continuava vindo da lida com a terra, pela agricultura e pela pecuária. Entretanto, a terra mesmo que habitada por eles, ainda não lhes pertencia; logo a condição para uso da terra se estabelecia por meio das meias, também conhecido como o sistema de meeiros, no qual metade da produção desenvolvida na área disponibilizada deveria ser entregue ao proprietário da terra. Mantendo as relações de desigualdades, onde os negros tornavam a terra produtiva e os brancos usufruíam dos lucros gerados pelo trabalho.

Com o passar do tempo, a população negra foi conseguindo adquirir suas propriedades, assim como também receberam doações dos grandes fazendeiros, que concederam as “terras de cima” para os negros, ou seja, as terras mais próximas do Oceano Atlântico, justamente por terem o solo mais arenoso e serem menos produtivas. Desta forma, as “terras de baixo” representam as terras mais próximas da Lagoa dos Patos e possuem um solo mais argiloso, com mais matéria orgânica, sendo melhor para o plantio.

Dentro deste contexto, surge o nome da comunidade, pois representa a saída dos ex-escravizados das fazendas Machado, Xavier e Silveira, dando origem a uma nova morada, ou seja, uma Vila Nova.

As terras que hoje são habitadas pela comunidade quilombola Vila Nova, são resultado do processo de divisão das terras descrito acima, mas também do êxodo rural no município de São José do Norte. Muitos quilombolas venderam suas terras e foram embora para regiões mais urbanizadas, como o centro de São José do Norte que está à 60 km da comunidade,

além do centro da cidade de Rio Grande que dista cerca de 100 km do quilombo, justamente pela falta de investimento público na região, mas também pela especulação das terras. As políticas públicas começaram a chegar somente no início do século XXI, como por exemplo a luz elétrica, que chegou à região apenas em 2005 com o programa Luz Para Todos.

Na primeira oficina do protocolo de consulta que aconteceu no mês de fevereiro de 2024, escolhemos trabalhar com a espiral do tempo da nossa comunidade, como um momento para recordarmos e compartilharmos nossa história com os quilombolas mais jovens. Desta maneira os mais velhos, a partir da oralidade vão ensinando os mais jovens, e juntos vão construindo consensos e tomando decisões. Como resultado desse processo, temos a figura 6 que representa a espiral do tempo do Quilombo, com seus principais marcadores históricos.

Chamamos de espiral do tempo porque consideramos que o tempo não é linear, mas sim, cíclico. Desta forma, a espiral representa a complexidade espacial dos movimentos simultâneos que acontecem no nosso território ao longo dos anos, sendo estes movimentos de resistência, representados por linhas horizontais, mas também, movimentos hegemônicos com condições que são impostas à nossa comunidade, representados por linhas verticais. É por meio das horizontalidades e verticalidades que vamos expressando nossa territorialidade quilombola no distrito do Capão do Meio, município de São José do Norte, e no estado do Rio Grande do Sul.

Foi em 2010 que começamos o processo de autorreconhecimento quilombola junto à Fundação Cultural Palmares (FCP). Neste momento de nossa história já havíamos passado por muitos processos de resistência para nos mantermos no território. Ameaças ambientais ao nosso modo de vida, como a mineração de titânio, vem sendo estudadas para a região desde a década de 1970 pela empresa Rio Grande Mineração, juntamente com a introdução da monocultura do pinheiro *Pinus elliotti*, que transformou a paisagem de nossas terras, assim como a qualidade do solo e das águas.

# Nossa história: espiral do tempo

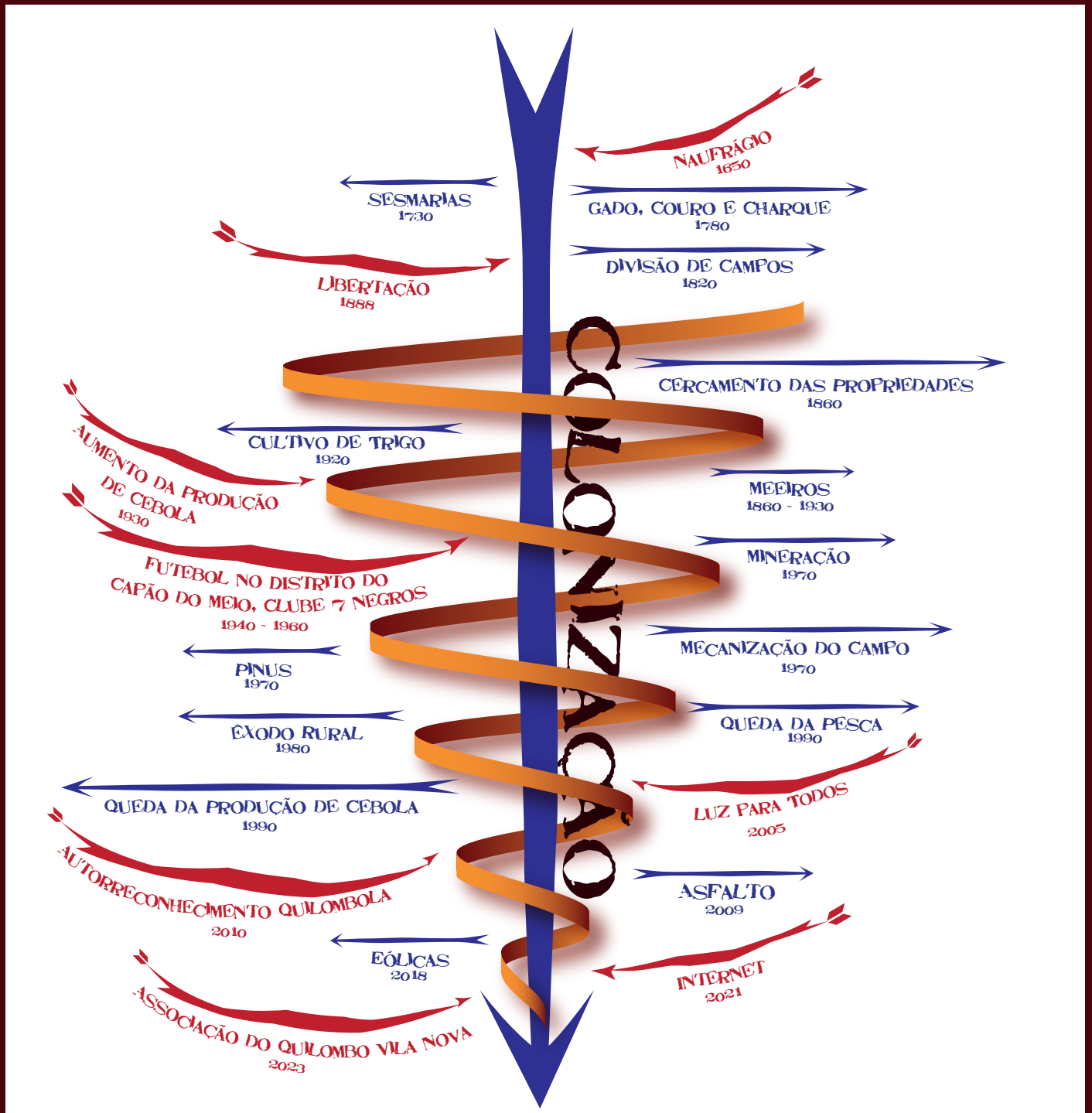


Figura 6: Espiral do tempo, marcadores históricos do Quilombo Vila Nova - Fonte: Quilombo Vila Nova, 2024.

# Princípios que regem nosso jeito de viver

Atualmente estão prospectados três empreendimentos no entorno de nosso território. Um dos empreendimentos é de mineração, e teve a sua licença de instalação<sup>2</sup> concedida em junho de 2025. Há ainda, dois complexos eólicos que já possuem suas licenças prévias liberadas. Os órgãos ambientais do Estado emitiram as licenças ambientais sem que a consulta livre, prévia e informada prevista no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT fosse realizada. Não tínhamos noção da dimensão dos projetos previstos no entorno de nossas terras, contudo pressentimos as incomodações e problemas que poderiam gerar para a nossa comunidade. Como o acesso às informações dos projetos eram distantes da nossa realidade, solicitamos o apoio do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para nos explicar a amplitude dos planos previstos para o nosso território.

Além das demandas comunitárias, temos muitas demandas do trabalho no campo, o que muitas vezes dificultava o crescimento institucional de nossa comunidade por meio de uma associação comunitária, processo burocrático que demanda tempo. Apenas em 2023 conseguimos formalizar a Associação Comunitária Quilombo Vila Nova com o propósito de defender nossas terras. Hoje percebemos o valor da nossa luta, e sabemos a importância histórica, geográfica e ambiental que nossa comunidade tem em meio a esses processos de licenciamento que não consideram nossa existência. Para isso, construímos os princípios que regem nosso jeito de viver (figura 7) e o nosso calendário agrícola (figura 8), para que os empreendedores saibam aquilo que valorizamos, e que precisam respeitar o nosso modo de vida tradicional e o tempo de trabalho no campo, que é sazonal.

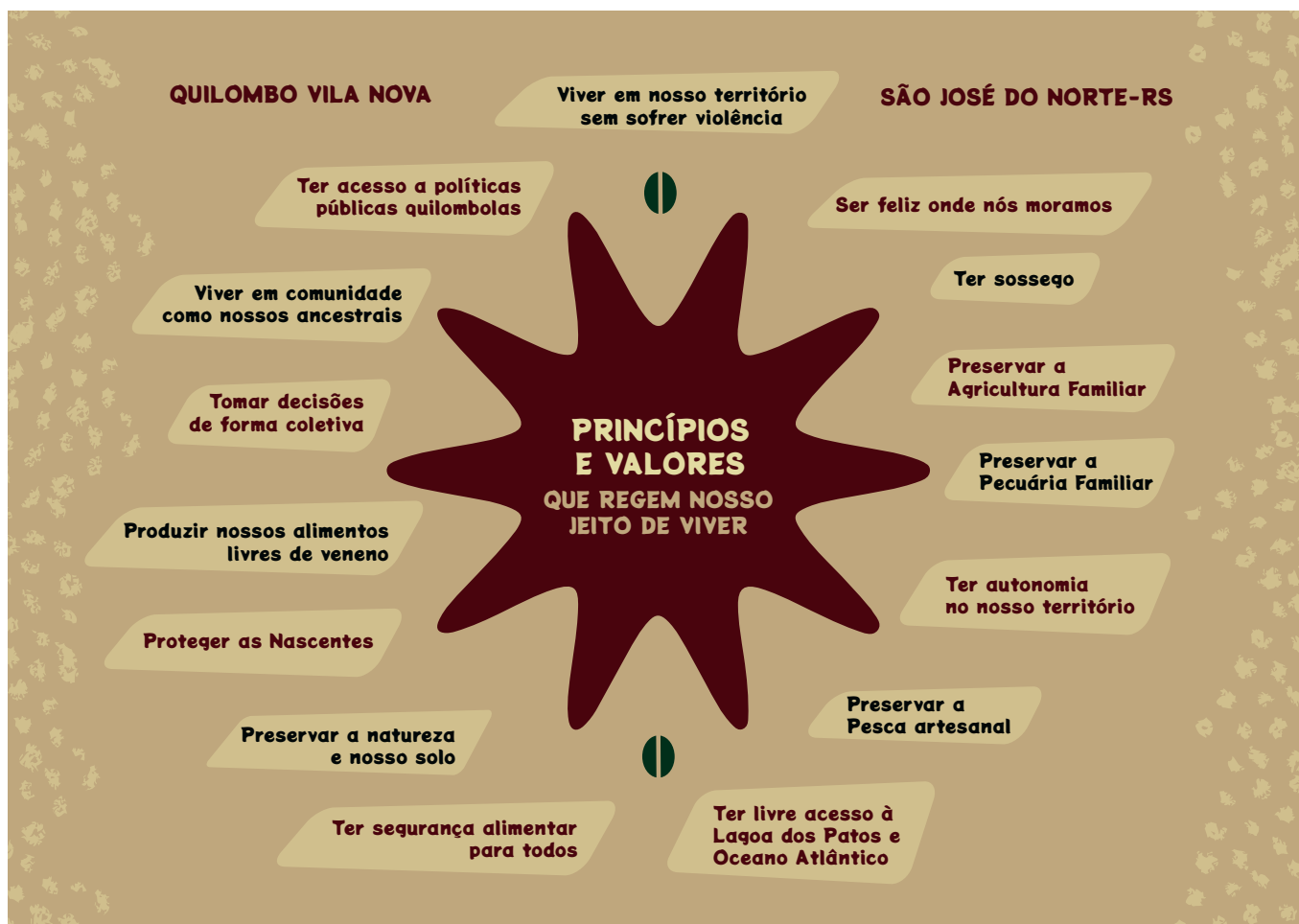


Figura 7: Princípios e valores que regem nosso jeito de viver - Fonte: Quilombo Vila Nova, 2024.

2 Licença Instalação para o Projeto Retiro (mineração), Licença Instalação nº 546/2025, emitida em 30 de junho de 2025, processo IBAMA nº 02001.004046/2011-84. Licença Prévia para o projeto Ventos do Atlântico (energia eólica), emitida pela FE-PAM EM 2018, LP nº 12206-05.67/12.8 ; Licença Prévia para o Projeto Bujuru (energia eólica), emitida pelo IBAMA: Nº 670/2022.

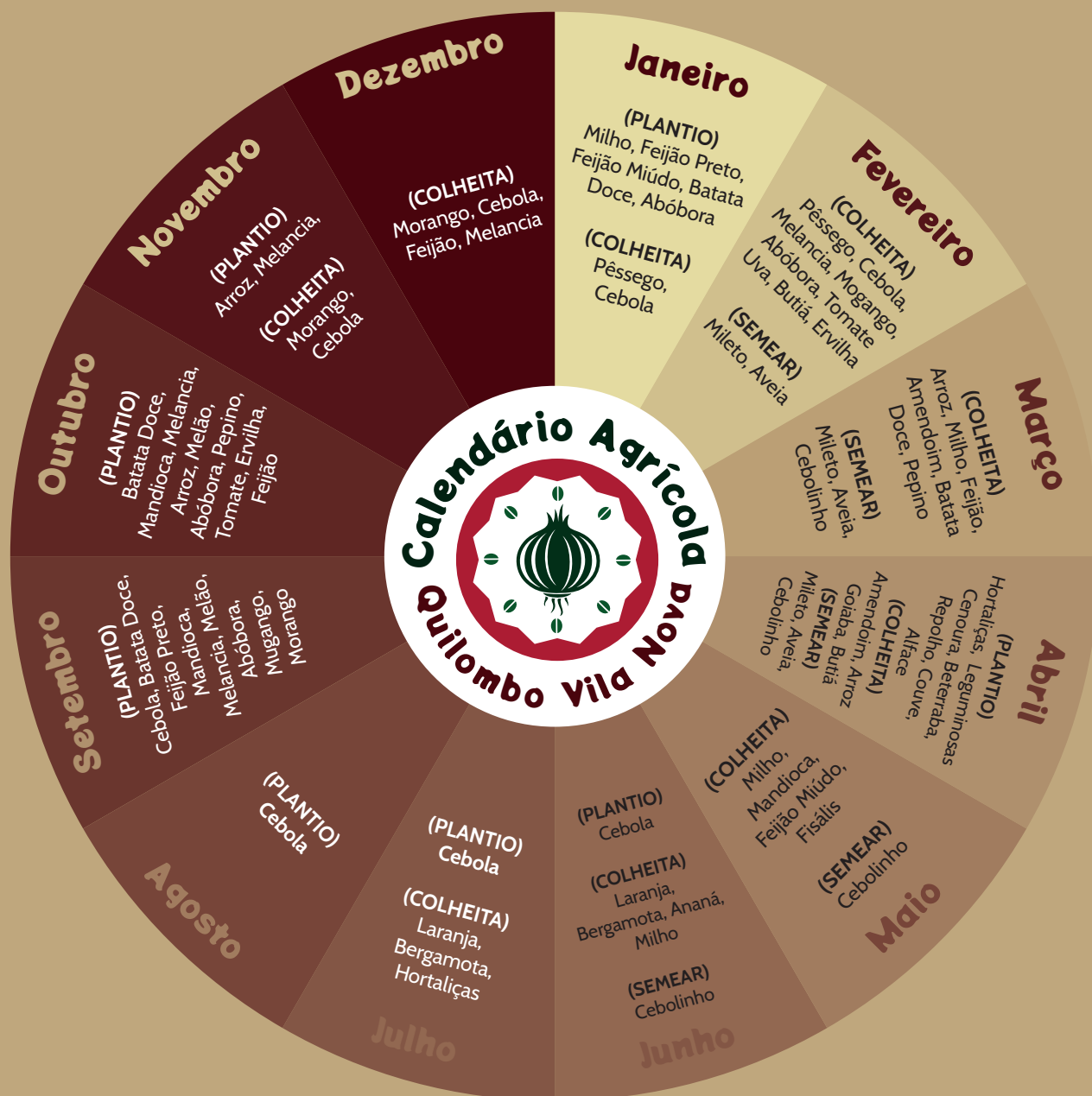
## ✦ Princípios que regem nosso jeito de viver



Consideramos que os princípios e valores que regem o nosso jeito de viver são fundamentos que fazem parte de nossas vidas há muitos anos, são o que consideramos básico para permanecer no território, da forma como aprendemos com nossos ancestrais e ensinamos às novas gerações. São esses preceitos simples e básicos que percebemos estar sendo afetados e prejudicados pelos empreendimentos que desejam se instalar no entorno e sobre o nosso território.

Queremos ter sossego e poder viver em nosso território sem a violência da espoliação e a insegurança de aquilo que é nosso ser retirado ou até mesmo roubado. Queremos cuidar da planície costeira, dos campos de dunas e das restingas e capões que ainda nos restam. Queremos proteger as nascentes da contaminação da mineração. Queremos continuar produzindo alimentos nas nossas terras sem preocupação com a escassez de recursos, por isso construímos o nosso calendário agrícola, para que desta forma o nosso tempo de trabalho no campo seja respeitado ao longo do processo de consulta prévia realizada pelo Estado.

# Calendário Agrícola



**Quilombo Vila Nova**

São José do Norte-RS

Figura 8: Calendário Agrícola do Quilombo Vila Nova - Fonte: NEGA/UFRGS, 2024.

# O que enfrentamos

## ✱ Luta pela titulação



Embora nosso quilombo tenha sido certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2011, o INCRA ainda não realizou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da nossa comunidade, contudo este processo está sendo iniciado agora no ano de 2025. Passados 13 anos, ainda não temos os estudos de delimitação do nosso território, que vem sendo tão especulado. Uma análise realizada em 2024, pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)<sup>3</sup> aponta que 98,2% dos quilombos estão ameaçados por obras de infraestrutura, requerimentos minerários e por sobreposições de imóveis particulares. Com esse dado é possível perceber que praticamente todos os quilombos no Brasil estão impactados por algum vetor de pressão, evidenciando a violência aos direitos territoriais das comunidades quilombolas, incluindo a nossa comunidade. Conforme a fala de Flávio Machado:

*Como é que eu garanto viver nesse espaço, se eu posso a qualquer momento ser expulso por não ter a titulação das terras. Sem a titulação, a gente não consegue se manter no território, porque ficamos muito vulneráveis. Não conseguimos participar de alguns projetos e políticas públicas, já que a titulação também representa uma garantia para conseguir executar projetos. A titulação é uma luta, estamos buscando o título de nossas terras há muito tempo, temos uma dificuldade grande de alcançar esse objetivo e parece que essa demora é proposital. (Flávio Machado, 2024, Liderança da associação comunitária Quilombo Vila Nova)*

Outra pesquisa<sup>4</sup> realizada pela ONG Terra de Direitos em 2024, revela que no atual ritmo serão necessários 2.708 anos para titular todos os 1.857 territórios quilombolas no Brasil. O cálculo, ainda que ilustrativo, indica que, caso o atual ritmo seja mantido, a titulação integral de todos os quilombos do Brasil seria finalizada apenas no ano de 4.732. Enquanto nosso território não é titulado, sofreremos as mais variadas pressões, desde o conflito com fazendeiros, empresas e técnicos responsáveis pelo licenciamento ambiental dos empreendimentos, até a violação de direitos que é promovida pelo próprio Estado que não cumpre as normas constitucionais e internacionais como a Convenção nº169 da OIT.

Os fatos expostos evidenciam a necropolítica, conceito construído pelo filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe (2011), onde o Estado tem o poder de ditar quem deve morrer e quem deve viver, tendo como parâmetro definidor primordial a raça. Desta maneira, leva o processo de titulação quilombola a passos lentos. A morosidade do Estado expõem a nossa comunidade, e os demais quilombos do país a um contexto gravíssimo de vulnerabilidade e diferentes tipos de violência, que ameaçam a perenidade e permanência no território. Evidenciando o racismo institucional que permeia o Estado e o poder de influência dos grandes latifundiários, a não titulação do território intensifica os conflitos internos e externos, com os grandes empreendimentos, aumentando a degradação da natureza e as mudanças climáticas.

3 Este estudo pode ser acessado em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pressoes-ambientais-nos-territorios-quilombolas-no-brasil>.

4 Esta pesquisa pode ser acessada em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/finalizacao-da-titulacao-de-territorios-quilombolas-pode-acontecer-apesas-no-ano-de-4732-havera-mundo/24013>.

## ★ Luta pela titulação

Mesmo com a falta de título, nos mobilizamos para construir o nosso pleito territorial (figura 9) conforme o Art.9º da Instrução Normativa nº57 do INCRA de 20/10/2009, no qual a identificação dos limites das terras das comunidades quilombolas deve ser feita a partir de indicações da própria comunidade. Por tal razão, identificamos e delimitamos o território da nossa comunidade, além de que também construímos um zoneamento territorial da mesma, o que nos permitiu identificar e registrar as potencialidades ambientais que são conservadas pelo nosso modo de vida tradicional. Tivemos a iniciativa de produzir esse pleito de forma autônoma, justamente para demonstrar o quanto nos preocupamos em pleitear um território que possa garantir a reprodução do modo de vida das 22 famílias quilombolas que possuem a agricultura como principal meio de produção.

No mapa (figura 9), buscamos construir o nosso pleito territorial junto com o zoneamento territorial da comunidade, desta maneira chamamos as zonas que são essenciais para a manutenção do nosso bem viver como zonas de conservação ancestral. Ademais no zoneamento também destacamos as zonas que são essenciais para a nossa subsistência e trabalho, sendo estas as zonas de produção e extrativismo. Além de que, buscamos destacar também as zonas que são de uso comunitário, sendo estas zonas de uso coletivo. Esse registro do nosso território demonstra os nossos principais usos, além da nossa preocupação em continuar usufruindo desses ambientes.



**Figura 9:** mapa que representa o Pleito Territorial e Zoneamento de uso Territorial do Quilombo Vila Nova -  
 Fonte: NEGA/UFRGS, 2024.

## ✱ Mudanças climáticas

*A origem do quilombo é uma das origens que menos destroi e causa danos para a natureza hoje, porque são famílias que preservam. São famílias que cuidam e que merecem sim ser reconhecidas, que a gente possa ter essa liberdade de incentivo para continuar cuidando dessa terra. (Ginei Capa Verde, 2024, membro da associação comunitária Quilombo Vila Nova)*



Estamos vivendo em meio a uma emergência climática global. As inundações que aconteceram no Rio Grande do Sul em maio de 2024, nos mostra o quanto é importante a conservação dos ecossistemas naturais do planeta. Já sentimos os efeitos das mudanças climáticas em nosso território, principalmente no âmbito dos recursos hídricos, que vêm modificando o modo de vida quilombola.

As estações estão muito diferentes do que eram antes, interferindo no cultivo de plantas e na criação dos animais. Não se tem mais a influência da maresia sobre o continente devido aos extensos cultivos da espécie *Pinus ellioti*, que ficam localizados em dunas na zona costeira, local considerado extremamente frágil do ponto de vista ambiental, sendo inclusive classificada como área prioritária para conservação da biodiversidade. Outra consequência que se pode notar está relacionada à movimentação das dunas

que não ocorre mais. Antigamente, o vento sudoeste movia naturalmente as dunas, porém, a atual barreira de *Pinus* presente no litoral interfere na incidência dos ventos e altera a paisagem não apenas pela presença de monoculturas, mas também pela ausência das dunas.

Atualmente, o vento predominante vem do sentido Leste, fazendo com que as dunas que compunham barreiras da maré mais alta deixem de existir. Assim, a maré tem subido com mais intensidade, se tornando cada vez mais alta nos últimos anos. Além das mudanças em relação ao Oceano Atlântico, a Lagoa dos Patos também vem sofrendo alterações: as águas da lagoa eram muito utilizadas por agricultores para a produção de arroz, algo que hoje já não é mais possível, devido a uma modificação do seu canal para beneficiar as embarcações do porto de Rio Grande, o que trouxe diversas alterações para o modo de vida da comunidade.

## Silvicultura



Quem passa pela região pode facilmente perceber que nosso território é um dos poucos em que ainda se encontram campos, capões de mato, dunas, butiazais e a vegetação nativa, em oposição à monocultura dos pinheiros *Pinus ellioti*, que vem dominando a paisagem do município. A invasão destas árvores exóticas - que se espalham com o vento e rapidamente entram em nosso território - reduz os campos para a criação de animais e a área de plantio. As áreas que os Pinus conseguem dominar, se tornam inférteis, sendo preciso um trabalho de recuperação do solo de maneira lenta e gradual. Além disso, as grandes monoculturas desta árvore mudaram o regime de ventos na região e reduziram a faixa de dunas, o que vem facilitando o avanço do Oceano Atlântico sobre as áreas de vegetação restinga.

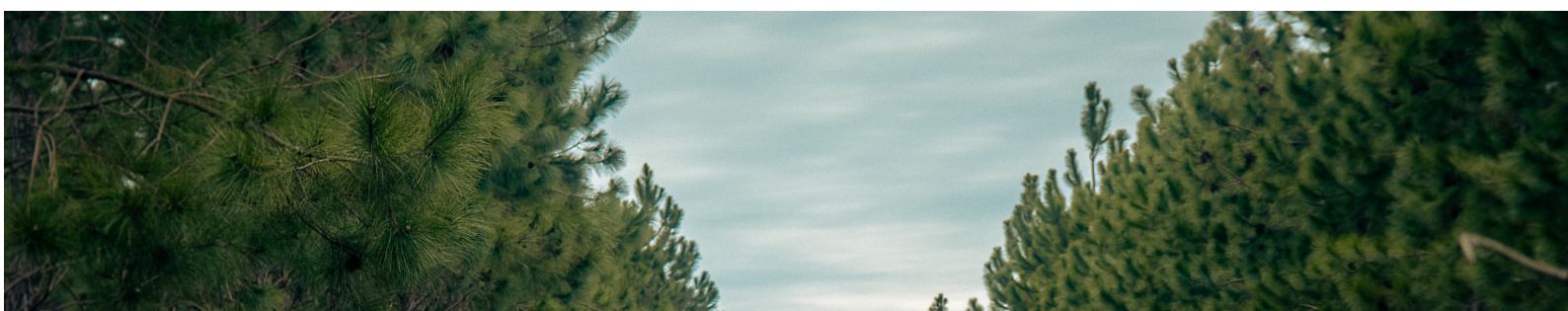
A implementação deste cultivo foi realizada na década de 1970, e atualmente faz parte da fonte de renda das famílias da região, que tiveram suas terras invadidas pela árvore, tornando a extração da resina a única forma de tornar as áreas produtivas. No Quilombo Vila Nova trabalhamos com a extração da resina, mas também realizamos um intenso manejo das árvores de

*Pinus ellioti* que se dispersam facilmente nos nossos campos, já que necessitamos de áreas livres para atividades como a agricultura e a pecuária. Se não realizamos um manejo constante, nossas áreas de produção são tomadas pela árvore.

Por grande parte de nossos campos já estarem invadidos pela espécie, atualmente estamos fadados a trabalhar com a extração da resina da árvore, no qual vendemos para a grande empresa que iniciou esse empreendimento no município. Não escolhemos trabalhar com essa cultura, ela nos foi imposta, da mesma forma que essas mesmas empresas utilizam o fator de dispersão da espécie exótica introduzida em áreas de preservação permanente, como os campos de dunas e as matas de restinga, para grilagem de terras. Além disso, o investimento em políticas públicas para o agricultor familiar nunca foi prioridade, fazendo com que o risco de plantar e cultivar alimentos fosse muito maior do que o risco de resinar Pinus para as empresas da região.

Em maio de 2024 o governo federal retirou a silvicultura da lista de atividades altamente poluidoras, o que significa que as empresas voltadas para esse setor podem realizar um processo de licenciamento ambiental simplificado para a instalação de suas monoculturas. Vemos essa decisão como um retrocesso ambiental para o país, pois, pela nossa experiência, a silvicultura já não considerava os territórios das comunidades tradicionais, mesmo com a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho e o Artº 6 que propõe a consulta livre, prévia, informada e de boa fé, além do consentimento das comunidades para tais empreendimentos.

Jamais fomos consultados pelas empresas que estão no entorno do nosso território, o cenário é de grilagem e violência. Infelizmente as novas normas apenas fragilizam mais o nosso caso e os demais casos onde a silvicultura gera um conflito territorial com as comunidades tradicionais.



## ✱ Mineração

A mineração cobiça São José do Norte desde a década de 1970. Atualmente, praticamente todo o território do município é pesquisado e especulado para fins de exploração minerária. Apesar das manifestações contrárias por parte da comunidade - da nossa, mas também de outras comunidades rurais e urbanas da região - os empreendedores continuam investindo no processo de licenciamento ambiental por meio de diferentes projetos. Atualmente se discute no município o caso do projeto Retiro, entretanto este é derivado do Complexo Minerário Atlântico Sul. Conforme Flávio:

*Aqui não temos água tratada, usamos apenas a água diretamente do lençol freático e a gente precisa saber o quanto a mineração vai impactar no nosso lençol freático, esse ponto é fundamental na hora da tomada de decisão. Inclusive, esse é um dos impactos que faz com que a nossa comunidade seja contrária ao projeto de mineração. Não foi explicado para a gente o quanto esse projeto irá afetar a qualidade das nossas águas. (Flávio Machado, 2024, Liderança na associação comunitária Quilombo Vila Nova)*

A estratégia dos empreendedores está na fragmentação dos projetos, visto que o projeto Retiro seria o primeiro, de três fases do Complexo Minerário Atlântico Sul a se instalar em São José do Norte, correspondendo a uma faixa de 30 km e prevendo a mineração de toneladas de metais pesados.

Dessa forma, o Projeto Retiro, no contexto mais amplo do Complexo Minerário Atlântico Sul, expressa uma grande ameaça de espoliação, não só da nossa comunidade Vila Nova, mas também de diversas outras famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais e comunidades indígenas. Esse fato representa um grave caso de racismo ambiental, gerando assimetrias que aprofundam desigualdades sociais que se refletem em hierarquias nos modos de apropriação dos recursos naturais, impactando diretamente a população negra, indígena e marginalizada (Souza & Silva, 2021).

Por tal razão, a nossa comunidade vem se organizando junto aos movimentos sociais para lutar contra os empreendimentos minerários previstos para São José do Norte. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) vem contribuindo conosco, promovendo formações e encontros informativos nos quais nos capacitamos para continuarmos argumentando contra as licenças ambientais emitidas, além de estarmos presentes em manifestações populares, pronunciando o nosso descontentamento com esses projetos.



**Figura 10:** A liderança Vanuza Silveira presente na manifestação contra a mineração em São José do Norte em 2024 - Fonte: Tiago Collares, 2023.

## Eólicas

A transição energética vem sendo uma temática muito presente na atualidade devido às mudanças climáticas e à necessidade de redução dos gases de efeito estufa na atmosfera. Instituições empresariais propõem-se a adotar processos de transição energética, implementando ou estimulando a implementação de energias que se dizem renováveis por meio de instrumentos financeiros e de lógicas de compensação. O cenário de acontecimentos que vem se desenrolando no Brasil, faz referência a uma transição energética institucionalizada, ou seja, diretamente ligada às grandes corporações, fazendo da crítica às mudanças climáticas uma oportunidade de acumulação de capital e legitimação.

A instalação de parques eólicos no Rio Grande do Sul tem sido considerada promissora pelo governo do Estado e vem contando com investimentos bilionários de capital internacional. Evidenciando uma lógica neoextrativista que vem trazendo graves implicações para os povos e territórios do Sul global, como é o caso de São José do Norte, município onde encontra-se a nossa comunidade quilombola que vem sendo cercada por diversos projetos referentes à energia eólica. Se contabilizarmos os projetos que já possuem licença prévia (primeira das licenças previstas no processo de licenciamento ambiental) podemos destacar dois principais empreendimentos que vem ameaçando nosso território.

O Complexo Eólico Ventos do Atlântico é o projeto de energia eólica mais antigo, e possui a sua licença prévia emitida no ano de 2018. Este mega empreendimento prevê a instalação de 290 aerogeradores sobre os campos de dunas e a mata de restinga que compõem a costa de nosso litoral. Vale ressaltar, que em nenhum momento o Estado esteve presente para nos apresentar o projeto, ou estabelecer a consulta prévia e o diálogo de boa fé, como é previsto no artº 6 da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. O outro projeto de parque eólico que pretende se instalar no entorno do quilombo é o Complexo Eólico Bojuru, contando com a instalação de 113 aerogeradores, sua licença prévia foi emitida em 2022, e mais uma vez o Estado não se fez presente no território antes de emitir sua licença.

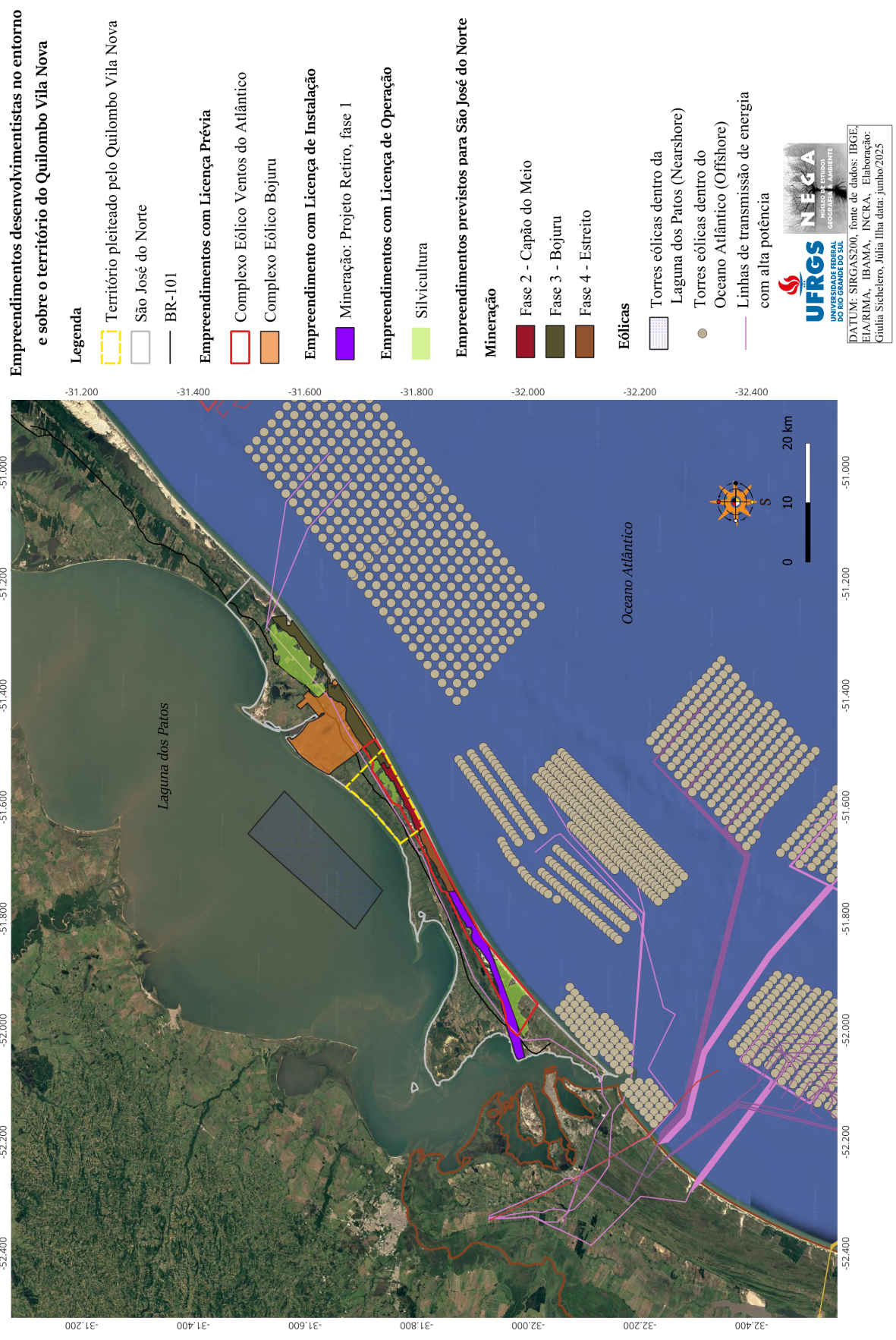
Para além dos projetos citados, também se tem a projeção de parques eólicos sobre as águas, como é o caso dos empreendimentos offshore, em que os aerogeradores seriam instalados sobre o Oceano Atlântico, e nearshore onde os aerogeradores seriam instalados sobre a Lagoa dos Patos (figura 11). Neste

caso, ao refletirmos sobre o total de projetos eólicos previstos para o nosso município, constatamos a presença de quatro empreendimentos. Somando a mineração e a silvicultura, percebemos que estamos cercados por seis megaprojetos, que ameaçam nosso ambiente e os ecossistemas naturais dos quais dependemos para a subsistência de nossas famílias. Para a liderança Flávio:

*Uma das primeiras perguntas que precisamos fazer sobre esses projetos de energia eólica é pra quem é essa energia? Essa energia vai ser pra nós que estamos aqui? Provavelmente não. Essa energia é para esses tipos de empreendimentos muito grandes, que precisam de uma capacidade de energia muito maior do que essa que a gente tem hoje aqui. A que a gente tem hoje aqui, na verdade, é suficiente para aquilo que estamos fazendo. Tem vários empreendimentos muito grandes, com agressões muito grandes que precisam de uma demanda muito maior de energia, então essa energia não deve ser para nós. (Flávio Machado, 2024, Liderança da Associação Comunitária Quilombo Vila Nova)*

Acreditamos em uma transição energética que seja social, onde as propostas partem de organizações e movimentos sociais que buscam enfrentar a problemática da mudança climática a partir de questionamentos ao capitalismo extrativista. Lutamos por uma transição energética que em sua diversidade, tende a levar em consideração, dinâmicas econômicas e políticas sistêmicas, além das territoriais, em particular as que afetam povos e comunidades. Apresentando propostas específicas sobre como deixar os combustíveis fósseis no subsolo, descentralizar a produção de energia e garantir autonomia energética num mundo pós-extrativista.

Confiamos que uma transição energética justa, inclusiva e solidária seja possível. Em que as comunidades tradicionais são reconhecidas por seus serviços ambientais, e também ouvidas no processo de elaboração de projetos. Reforçamos aqui nossa contrariedade não apenas a projetos individuais, mas a um padrão de planejamento por parte dos setores públicos e privados que propõem empreendimentos que não levam em conta nem as comunidades tradicionais residentes nos territórios que pretendem explorar, nem a natureza e os possíveis impactos a ela. Enquanto comunidade organizada, iremos lutar para que sejam cumpridos os nossos direitos e seja ouvida a nossa voz. Nada sobre nós sem nós!



**Figura 8:** mapa de ameaças, empreendimentos que estão no entorno e sobre o território do Quilombo Vila Nova, - Fonte: Sichelero, Ilha, 2025.

# Nosso território, nossas regras

Nos juntamos para construir esse protocolo para que pudéssemos nos organizar para defender os nossos direitos previstos na Constituição de 1988 e na Convenção nº 169 da OIT. Enquanto comunidade tradicional quilombola, percebemos que estamos sendo cercados por seis megaprojetos que ignoram a nossa existência e a nossa sabedoria enquanto guardiões da natureza. Lutamos pelo fortalecimento da consciência de ser quilombola no nosso território e acreditamos que o protocolo de consulta é um documento que irá nos auxiliar a deixar sinalizado como devemos ser consultados pelos órgãos do Estado brasileiro.

Registramos neste documento que só aceitamos que a consulta seja realizada pelo Estado brasileiro por meio dos órgãos específicos para tal, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

## O que desejamos deste protocolo:

Esperamos que o protocolo nos auxilie a garantir os nossos direitos. Principalmente o direito de se manter na terra, mas também o direito à saúde e a uma educação de qualidade;

Esperamos, também, que o estado e as empresas respeitem o nosso tempo, e nos apresentem os projetos de uma forma que sejam acessíveis a nossa compreensão e conhecimento. Muitas vezes olhamos os estudos ambientais e não conseguimos compreender o que é colocado;

Esperamos que o protocolo nos auxilie na conservação de nossas terras;

Esperamos que o protocolo nos auxilie a ter acesso às pesquisas e dados municipais, com mais informações sobre o que vai acontecer;

Esperamos que o protocolo nos auxilie a fazer com que o Estado, a iniciativa privada e as demais instituições respeitem o nosso modo de vida.

## Sobre o que queremos ser consultados:

Queremos ser consultados e escutados sobre todas as medidas administrativas, judiciais, legislativas, acadêmicas, públicas ou privadas que envolvam o nosso território, direta ou indiretamente. Queremos ter a oportunidade de expressar o que nos preocupa a partir do nosso conhecimento ancestral das nossas terras. Percebemos que estamos sendo invisibilizados nos processos de licenciamento ambiental que não estabelecem um diálogo de boa fé com a nossa comunidade. Portanto, queremos ser ouvidos a partir das normas previstas na Constituição Federal e na Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 169, nos dando a garantia de que qualquer empreendimento ou instituição que afete a nossa comunidade seja **obrigado** a seguir as regras previstas neste protocolo.



## **Objetivos do Protocolo de Consulta do Quilombo Vila Nova:**

- ✱ Sermos respeitados e ouvidos;
- ✱ Conservar as nossas paisagens, água e solo;
- ✱ Preservar o nosso modo de vida e bem-viver quilombola;
- ✱ Participar da discussão dos projetos que venham a atingir a nossa comunidade;
- ✱ Fortalecer o nosso autorreconhecimento de ser quilombola;
- ✱ Criar um espaço seguro para que a gente possa tomar decisões coletivas.

## **Quem pode participar das reuniões internas e das reuniões com o Estado ?**

A diretoria da Associação deverá responsabilizar-se pela organização das reuniões internas da comunidade, enquanto que o Estado deve responsabilizar-se por elaborar um plano de consulta, juntamente com o cronograma prévio, informando a diretoria da Associação Comunitária Quilombo Vila Nova quais servidores irão participar das reuniões com a comunidade. Aceitaremos a presença de todos os nossos apoiadores nas reuniões internas da comunidade e com o Estado.

## **Quem NÃO pode participar das reuniões de consulta?**

Não aceitaremos a presença das empresas executoras dos projetos que possam afetar as decisões da nossa comunidade, ou qualquer outro que esteja vinculado à elas. Não iremos aceitar a presença de políticos em geral e seus respectivos assessores. Também não será bem-vinda a presença de pessoas que portem arma de fogo ou arma branca. Será vedada a participação de qualquer sujeito reconhecido como ameaça à comunidade.

## **Quem nos auxilia nas tomadas de decisão?**

Quem nos auxilia nas tomadas de decisão são os parceiros definidos e conhecidos pela associação quilombola ao longo do processo de consulta prévia.



## Processo de consulta quilombo vila nova: O jeito como queremos ser consultados.

Neste tópico, estabelecemos o movimento necessário para que seja possível estabelecer um diálogo de boa-fé com a nossa comunidade, **não aceitaremos que esse procedimento seja ignorado ou estabelecido de forma indevida.** Voltamos a salientar que a diretoria vigente da Associação Comunitária Quilombo Vila Nova irá responsabilizar-se para que a consulta prévia se estabeleça de forma compreensível e transparente, respeitando os princípios da Convenção nº169 da OIT e garantindo que todas as vozes da comunidade sejam ouvidas. A consulta prévia não deverá ser apenas um rito formal, mas um verdadeiro espaço de escuta ativa, onde cada morador e moradora poderá expressar suas preocupações, propostas e expectativas.

Acreditamos que o fortalecimento do diálogo é condição essencial para a construção de soluções justas e sustentáveis. Nesse sentido, reforçamos nosso compromisso com a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, bem como com o direito de sermos plenamente informados sobre qualquer medida que possa impactar nosso território, nossa cultura e nosso modo de vida.

Por fim, reafirmamos que nenhuma decisão será considerada legítima sem o consentimento livre, prévio e informado da nossa Associação. Seguiremos vigilantes e mobilizados, exigindo que nossos direitos sejam respeitados em todas as instâncias.

## **O jeito como queremos ser consultados**

- 1. O Estado deverá enviar para a coordenação da associação uma solicitação para iniciar a pré-consulta, conforme a OIT; através do e-mail quilombovilanovasjn@gmail.com.*
- 2. Após o aceite da pré-consulta pela associação, deve-se enviar o projeto para análise da comunidade através do e-mail.*
- 3. Neste momento, a associação terá o tempo de até 6 meses para realizar a análise do projeto junto com apoio de pesquisadores e instituições parceiras da comunidade.*
- 4. Após a pré-consulta e a compreensão dos projetos pela comunidade, o Estado deverá enviar por e-mail a solicitação para a coordenação da associação para iniciar a consulta prévia.*
- 5. Neste momento serão realizadas reuniões internas, coordenadas pela associação para explicar e dialogar sobre os projetos; Aqui a associação irá determinar o tempo que a comunidade precisa para realizar este procedimento.*
- 6. Após as discussões dentro da comunidade, deverão ser agendadas reuniões internas com o Estado para estabelecer um calendário e um plano de consulta.*
- 7. Agendamento de uma reunião com autoridade do Estado para apresentar o plano de consulta e o calendário de consulta para a comunidade em geral.*
- 8. Agendamento de reuniões e oficinas informativas, o Estado deve estabelecer informações sobre os projetos e tirar dúvidas, quantas vezes a associação sentir que for necessário.*
- 9. Deverá ser realizada uma Assembleia geral interna na comunidade com os resultados dos debates realizados com o Estado.*
- 10. Assembleia geral interna para decisão se a comunidade consente ou não com o projeto ou atividade. E sobre quais eventuais condições.*
- 11. Reuniões informativas ao Estado sobre a decisão comunitária.*

## **Quem deve arcar com os custos da consulta:**

A consulta antecede qualquer medida administrativa ou legislativa, de modo que a elaboração interna do plano de consulta, com etapa informativa de abertura, contendo atividades, cronogramas, custos, internalização e socialização deve estar de acordo com os termos deste Protocolo. De modo que todos os custos deverão ser cobertos pelo governo e/ou poderes legislativos, conforme a Convenção 169 da OIT.

## **Quem organiza e coordena as reuniões:**

As reuniões internas serão organizadas e coordenadas pela diretoria vigente da Associação Comunitária Quilombo Vila Nova. As reuniões com o Estado serão organizadas e planejadas previamente pelo Estado, entretanto a coordenação da reunião deverá ser feita pela comunidade.

## **Vigência deste documento:**

O Protocolo de Consulta Livre, Prévia, Informada e de boa fé do Quilombo Vila Nova se torna vigente a partir do ano de 2025, podendo ser revisado e alterado apenas pela Associação Comunitária Quilombo Vila Nova dentro de um período de 10 anos.

## **Conclusão:**

Todo o conteúdo deste protocolo, desde a auto identificação, o modo de vida, a nossa história, nossos princípios, nossa organização e nosso território devem ser respeitados. Não aceitaremos que se discuta e especule sobre as nossas terras sem que as nossas vozes sejam ouvidas. Nada sobre nós, sem nós.



### **Protocolo de consulta audiovisual:**

Escaneie o QR Code para acessar o protocolo de consulta livre, prévia e informada do Quilombo Vila Nova no formato audiovisual.

**TITULAÇÃO PARA OS TERRITÓRIOS  
QUILOMBOLAS JÁ!**





Esse protocolo homenageia nossos mais velhos. Griôs que guardam a memória e a sabedoria de muitas gerações. Em seus passos, carregam lutas e resistências que abriram caminhos. Em suas palavras, transmitem ensinamentos que até hoje nos guiam. Escutá-los é aprender a valorizar a vida em sua inteireza e reconhecer que somos continuidade do que eles semearam.



